

# EDUCAÇÃO INFANTIL E AVALIAÇÃO: PROCESSOS E PERSPECTIVAS

**Rita de Cássia de Freitas Coelho<sup>1</sup>**

**Alice de Paiva Macário<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup> Pesquisadora no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF)- rita.coelho@caed.ufjf.br

<sup>2</sup> Pesquisadora no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF)- alice.macario@caed.ufjf.br

## Resumo

Este artigo tem por objetivo fomentar a discussão sobre avaliação da educação infantil e apresentar as propostas de avaliação da educação infantil em construção no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), como contribuição para uma metodologia brasileira de avaliação da educação infantil. As propostas estabelecem três estratégias metodológicas de avaliação da educação infantil que podem ser implementadas de forma independente ou complementar: a) pesquisa de campo com uso de questionários aplicados online a diretores(as), coordenadores(as), professores(as) e auxiliares que atuam na educação infantil; b) avaliação por meio de observação em turmas de educação infantil; e c) avaliação das condições da oferta a partir da análise dos dados do Censo Escolar da Educação Básica do INEP, do Censo Demográfico e da PNAD do IBGE. As propostas se constituem com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), em diferentes documentos do Ministério da Educação e em experiências nacionais e internacionais.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Avaliação. Qualidade da Educação. Política Educacional.

## Abstract:

This article aims to foster the discussion on the evaluation of early childhood education and to present the proposals for the evaluation of early childhood education in development at the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - CAEd / UFJF), as a contribution to a Brazilian methodology for assessing early childhood education. The proposals establish three methodological strategies for evaluating early childhood education that can be implemented independently or complementarily: a) field research sending online questionnaires to principals, coordinators, teachers and assistants who work in early childhood education; b) evaluation through observation in early childhood education classes; and c) context evaluation based on the analysis of data from the School Census of Basic Education from INEP, the Demographic Census and PNAD from IBGE. The proposals are based on the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (BRASIL, 2009), on the National Education Plan (BRASIL, 2014), on the Common National Curricular Base (BRASIL, 2017), different documents from the Ministry of Education, and national and international experiences.

**Keywords:** Early Childhood Education. Evaluation. Quality of Education. Educational policy.

## APRESENTAÇÃO

O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) é uma instituição de referência nacional, no âmbito da avaliação educacional, e que vem implementando projetos, pesquisas e programas de avaliação, por meio de convênios e contratos com as redes públicas de ensino federal, estaduais e municipais e outras instituições.

A partir do desenvolvimento de metodologias, instrumentos e processos de avaliação, as informações produzidas são discutidas com as equipes interessadas e subsidiam um processo de pesquisa formativo e de apropriação dos resultados, que busca contribuir com a qualidade da educação.

Considerando a significativa expansão e importância da educação infantil (EI), o CAEd/UFJF organizou, a partir de 2017, um trabalho com foco na pesquisa em avaliação da educação infantil, visando a desenvolver metodologias de avaliação que considerem as especificidades dessa etapa da educação básica, os princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009), as determinações do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014-2024), a BNCC (BRASIL, 2017) e as experiências internacionais e nacionais.

Este texto objetiva analisar as questões em debate sobre a avaliação na/da educação infantil no contexto brasileiro e apresentar as propostas que o CAEd/UFJF vem desenvolvendo.

## CONTEXTOS E AÇÕES

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), da LDB (BRASIL, 1996), do PNE (BRASIL, 2014) e do Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016), a educação infantil vive um processo crescente e coerente de efetiva integração ao Sistema Educacional Brasileiro. Essa integração é multidimensional e abrange processos de natureza jurídica, administrativa, financeira, cultural e pedagógica.

Iniciada com a gestão das redes de atendimento, sendo assumida pelo setor da educação, financiada como primeira etapa da educação básica no âmbito do FUNDEB<sup>3</sup>, orientada nacionalmente pelas DCNEI (BRASIL, 2009), pela BNCC (BRASIL, 2017) e regulamentada nos respectivos sistemas de ensino, a integração da educação infantil ao Sistema Educacional vem, gradativamente, consolidando uma identidade pedagógica própria dessa etapa, distinta da do ensino fundamental.

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BRASIL, 2017), que afirma a centralidade da criança e estabelece uma organização curricular específica por campos de experiências, deve ser entendida como uma das fases da integração em curso no país, assim como um marco importante na política nacional da educação infantil.

Nessa trajetória, evidenciam-se inúmeros desafios e disputas, dentre os quais merecem destaque: a demanda por expansão do atendimento e melhoria da qualidade, o debate sobre o papel da educação infantil no processo de alfabetização e a exigência de uma avaliação que abarque as especificidades da educação infantil.

Existe um consenso sobre a necessidade da garantia de um “padrão” de qualidade, de modo a assegurar o **direito à educação**, que não se reduz a vagas, mas está diretamente vinculado às práticas pedagógicas cotidianas ofertadas aos bebês e crianças matriculadas nas instituições de educação infantil, principalmente quando consideradas a diversidade de contextos e a desigualdade social presentes no país. No enfrentamento dessas questões, a avaliação pode trazer significativas contribuições para a política e as instituições. Mas de qual avaliação estamos falando?

É importante que, na construção de uma cultura da avaliação na educação infantil se distingam, conceitualmente, os diferentes níveis possíveis de avaliação: avaliação de sistema, avaliação de políticas, avaliação de programas, avaliação institucional e avaliação da criança, assim como os diferentes tipos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa, interna e externa, que geram, conseqüentemente, diferentes ações, estratégias e resultados.

De modo resumido, a área tem demarcado duas perspectivas no debate da avaliação no campo da educação infantil: a avaliação **na** educação infantil [interna, realizada pelos profissionais e professores(as)], podendo, ou não, envolver a avaliação da criança; e a Avaliação **da** educação infantil [externa, realiza-

---

<sup>3</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

da por profissionais de fora do contexto da instituição], de caráter institucional, não envolvendo a avaliação da criança. Entretanto, constata-se que a conceitualização ou compreensão destas perspectivas vem sobrepondo-se uma tensão central sobre a possibilidade de a avaliação da criança ser inserida no âmbito das avaliações externas. Entre essas grandes tendências, inúmeras iniciativas de municípios, universidades, fundações, organizações não governamentais e organismos internacionais têm sido implementadas. Segundo Rosemberg (2013), observa-se um duplo movimento: a incorporação da educação infantil na política de avaliação (movimento externo à EI) e a incorporação da avaliação como parte da política de educação infantil (movimento interno da área da EI).

A utilização de avaliação em larga escala na educação infantil é um tema complexo e controverso pelo desafio existente de se produzir medidas de proficiência, a partir da aplicação de instrumentos avaliativos nas crianças, construídos fora do contexto em que se insere a oferta. Os debates atuais sobre avaliação também destacam a necessidade de se levar em consideração o contexto e a importância de que a avaliação possibilite a compreensão pedagógica da prática educativa. Nesse sentido, a avaliação em larga escala será sempre **da** educação infantil.

A legislação educacional estabelece que a avaliação da criança na educação infantil é uma competência das instituições, visando ao acompanhamento do processo pedagógico e do desenvolvimento dos bebês e das crianças sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação, o que nos remete às responsabilidades internas ao processo educativo focalizado nas interações com o bebê e a criança em suas conquistas, possibilidades e desafios. Como demarca o inciso I do artigo 31 da LDB (BRASIL, 1996, p.31) “A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. As DC-NEI (BRASIL, 2009, p.22), complementando esse princípio, determinam que:

Art. 10 – As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo: I – a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; II – utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); III – a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e

transição pré-escola/Ensino Fundamental); IV – documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; V – a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Por outro lado, existe um consenso nacional, expresso no PNE (BRASIL, 2014-2024), sobre a necessidade de uma avaliação nacional da educação infantil, integrando a política nacional de avaliação da educação básica. A avaliação nacional proposta no plano deve ser realizada de dois em dois anos e trata-se de avaliação em larga escala da educação infantil com o uso de instrumentos externos que focalizem a qualidade das instituições “com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes” (BRASIL, 2014, p.03). Tais características remetem a um novo desafio em termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Simultaneamente, principalmente a partir de propostas de organismos internacionais e demandas de gestores municipais, cresce a pressão por incorporar a avaliação da criança às avaliações externas em larga escala da educação infantil.

Entendida como um dever de Estado, a avaliação da educação infantil é mais do que apenas uma exigência legal, é uma responsabilidade social frente à vulnerabilidade da criança na primeira infância, a importância desse ciclo de idade de formação, a obrigatoriedade de matrícula na pré-escola e o volume de recursos públicos investidos.

É preciso considerar esse debate como mais uma fase do processo de integração da educação infantil ao Sistema Educacional que contribuirá para demarcar a identidade própria como primeira etapa da educação básica com suas especificidades no trabalho pedagógico ou para reforçar o risco de considerá-la, como preparatória para o ensino fundamental.

A opção histórica da integração da educação infantil ao Sistema Educacional foi a resposta política que nossa sociedade construiu para enfrentar a tensão entre o assistencialismo, a filantropia e o direito de todas as crianças à educação emancipatória. Diante disso, a avaliação é uma das características sistêmicas da educação com a qual precisamos dialogar e formular propostas comprometidas com a infância. Negar essa característica que se coloca atualmente como forte pressão, acreditando ser uma estratégia adequada de defesa da identidade da Educação Infantil, é abrir mão de um espaço que será ocupado por outras concepções e interesses.

É nessa perspectiva que o CAEd/UFJF vem atuando, buscando qualificar o debate e construir propostas de avaliação coerentes com a concepção de educação infantil, que garantam o cumprimento do dever do Estado e a igualdade de direito de todos os bebês e crianças à EI de qualidade.

Propostas já implementadas na Austrália, no México, nos Estados Unidos, em Portugal e na Itália estão presentes no debate nacional, contribuindo para compreender os objetivos, os instrumentos, a metodologia e os elementos que podem auxiliar na construção de uma proposta brasileira de avaliação da/na educação infantil.

Dessas experiências, duas foram implementadas em pesquisas no Brasil e se colocam como referências importantes. A primeira, as escalas norte americanas de avaliação de ambiente: *Infant Toddler Environment Rating Scale* (ITERS), com foco nos bebês e crianças de até 2 anos e 6 meses e a *Early Childhood Environment Rating Scale* (ECERS), voltada para as crianças de 2 anos e 6 meses a 5 anos de idade foram objeto de uma pesquisa nacional coordenada pela Fundação Carlos Chagas, em parceria com o Ministério da Educação e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esses instrumentos de observação das instituições de educação infantil foram utilizados em cinco capitais brasileiras para avaliar a qualidade da educação infantil, oferecendo parâmetros de avaliação para o observador externo, com possibilidades de graduação da qualidade observada em níveis que vão de 1 a 7, elencados em uma escala: de inadequado, mínimo, bom a excelente. Ambas as escalas estão organizadas em 7 dimensões: **espaço e mobiliário; rotinas de cuidado pessoal, linguagem e raciocínio, atividades, interação, estrutura do programa, pais e equipe.**

A segunda refere-se ao projeto desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado de Santa Catarina, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Università degli Studi di Pavia, com coordenação técnica e apoio financeiro do Ministério da Educação. O estudo foi construído a partir da análise dos instrumentos italianos de autoavaliação de contexto: ISQUEN – *Indicatori e Scala della Qualità Educativa del Nido* (Indicadores e Escala da Qualidade Educativa da Creche) e AVSI – *Autovalutazione della Scuola dell'Infanzia* (Autoavaliação da Pré-escola). O ISQUEN é um instrumento formado por 51 descritores, em que cada um apresenta três opções (a, b, c), que podem ser selecionadas. Os descritores são organizados em quatro grupos: **os sujeitos; os contextos e as práticas; os saberes do fazer; as garantias.** O AVSI é um instrumento extenso, constituído por 81 descritores, graduados em níveis de

1 a 9, sendo que cinco deles possuem parâmetros estabelecidos (1-3-5-7-9) e os outros são pontuações intermediárias (2-4-6-8), ordenados em quatro grupos: **a experiência educativa; as atividades profissionais; os adultos e suas relações; as garantias.** Dentre as diferentes ações do projeto, destaca-se o estudo de campo desenvolvido em quatro capitais brasileiras visando à análise metodológica dos instrumentos de avaliação de contexto.

Do ponto de vista nacional, merecem destaque as experiências de uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009). Embora concebido como um instrumento para as escolas, foram utilizados por diferentes segmentos como secretarias municipais, conselhos de educação, fóruns de Educação Infantil e docentes do ensino superior totalizando 10.090 participações. Esse instrumento foi construído para promover a autoavaliação das instituições de educação infantil brasileiras, constituído por 7 dimensões: (1) Planejamento institucional; (2) Multiplicidade de experiências e linguagens; (3) Interações; (4) Promoção da saúde; (5) Espaços, materiais e mobiliários; (6) Formação e condições de trabalho dos(as) professores(as) e demais profissionais; (7) Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. Cada dimensão ou tema apresenta itens que descrevem diferentes possibilidades com relação aos elementos constituintes de uma instituição de educação infantil de qualidade.

Vale ainda mencionar dois importantes documentos decorrentes de iniciativas do MEC/SEB e do INEP: *Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação* (2012)<sup>4</sup> e a *Proposta para Avaliação da Educação Infantil: elementos para sua operacionalização* (2015)<sup>5</sup>.

Embora a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC-EI) esteja em fase inicial de implementação e apropriação, o fato de seu conteúdo estar fortemente embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, na análise de propostas pedagógicas de municípios brasileiros e, recentemente, ter sido homologada pelo Ministério da Educação, após aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, a BNCC-EI se coloca como uma referência fundamental para a formulação de uma proposta de avaliação para a Educação Infantil.

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11990-educacao-infantil-sitematica-avaliacao-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11990-educacao-infantil-sitematica-avaliacao-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192).

<sup>5</sup> Relatório com estudos e discussões da Comissão Assessora de Especialistas da Avaliação da Educação Infantil (INEP).

## PERSPECTIVAS EM CONSTRUÇÃO NO CAED/UFJF

A partir desses múltiplos referenciais, a construção das propostas de avaliação da educação infantil em curso no CAEd/UFJF reafirma os **pressupostos básicos** apresentados no documento Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação (2012)<sup>6</sup>. Ou seja, a avaliação da educação infantil:

- » não envolve a avaliação do desempenho da criança;
- » respeita os objetivos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, coerente com as singularidades e características da educação infantil;
- » considera o contexto em que se insere a oferta da educação infantil;
- » está fundamentada em parâmetros/critérios de qualidade negociados;
- » promove um processo participativo e formativo;
- » exige um diálogo multidisciplinar com pesquisadores e profissionais das áreas da educação infantil, estatística, construção de medidas e tecnologia da informação.

A partir de uma perspectiva mais ampla, compreendendo as condições da oferta e as práticas oferecidas às crianças, são objetivos da avaliação da educação infantil:

- produzir diagnóstico acerca da realidade do atendimento ofertado na Educação Infantil;
- buscar informações sobre as práticas pedagógicas implementadas pelos(as) professores(as) de Educação Infantil;
- fornecer aos(as) gestores(as) e professores(as) informações sobre as características da oferta, da gestão e das práticas docentes;
- contribuir com o aprimoramento da competência docente;
- recomendar ações de melhoria da política municipal de Educação Infantil.
- construir uma cultura de avaliação na Educação Infantil como processo participativo e formativo.

---

<sup>6</sup> Documento resultado de um processo de discussão do qual participaram: I – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); II – Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB); III – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); IV – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); V – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); VI – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); VII – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB); e VIII – Rede Nacional Primeira Infância (RNPI).

- A proposta em construção no CAEd estabelece três estratégias metodológicas de avaliação da educação infantil que podem ser implementadas de forma independente ou complementar: a) Pesquisa de campo com uso de questionários aplicados online a diretores(as), coordenadores(as), professores(as) e auxiliares que atuam na educação infantil; b) Avaliação por meio de observação em turmas de educação infantil; c) Avaliação das condições da oferta a partir da análise dos dados do Censo Escolar da Educação Básica do INEP, do Censo Demográfico e da PNAD do IBGE.

#### *Pesquisa de campo com uso de questionários*

A primeira proposta tem como base os instrumentos (questionários) já utilizados pelo CAEd/UFJF para a avaliação do ensino fundamental, incluindo questões relevantes relacionadas às práticas pedagógicas e à elaboração de um instrumento específico para os auxiliares/monitores/assistentes da educação infantil.

O primeiro momento da pesquisa avaliativa, por meio de questionários, exige a definição do conteúdo: escolha dos temas, elaboração dos itens, organização dos itens em blocos no questionário, abarcando o perfil dos profissionais, as condições de infraestrutura das instituições, as práticas pedagógicas, a gestão pedagógica, o ambiente educativo, a relação com a família e comunidade e as expectativas dos profissionais em relação às crianças. A seguir, o instrumento é revisado e editorado.

A partir desses procedimentos, é estruturado o processo de aplicação, cronograma da coleta e os questionários são disponibilizados para os respondentes (diretores(as), coordenadores(as) pedagógicos(as), professores(as) e auxiliares), em uma plataforma online. No período de aplicação, o processo é monitorado e acompanhado por meio da Central de Atendimento do CAEd/UFJF, que atende demandas de esclarecimentos de dúvidas técnicas e de conteúdo pedagógico.

Após o término da aplicação, as respostas são processadas e passam pelo controle de qualidade, verificando se os dados do planejamento (base de dados) conferem com os dados processados (quantidade de itens por questionário, quantidade de opções por item e quantidade de questões por ator). Em seguida, é realizado o tratamento da informação e a validação dos dados.

Depois de validados, os dados são submetidos à análise descritiva, na qual são detalhadas as frequências e as estatísticas (médias, mínimos, totais, porcentagens etc.). Dependendo do tamanho da amostra, as respostas podem passar pela modelagem dos dados (criação de medidas, indicadores, índices etc.).

Posteriormente, as informações geradas e validadas são organizadas em planilhas de Excel, analisadas qualitativamente pela equipe do CAEd/UFJF e sistematizadas em Relatório. Em seguida, é realizado amplo seminário de devolutiva dos principais resultados, iniciando um processo de apropriação dos resultados.

Essa proposta foi implementada em oito municípios da região da Zona da Mata mineira (Belmiro Braga – 3503 habitantes; Coronel Pacheco – 3125 habitantes; Goianá – 3952 habitantes; Guarará – 3938 habitantes; Juiz de Fora – 563769 habitantes; Pequeri – 3347 habitantes; São João Nepomuceno – 26538 habitantes; Simão Pereira – 2651 habitantes), em um município da região metropolitana de Belém, no Pará (Benevides – 60990 habitantes) e em uma capital do Nordeste (São Luís – 1.094.667), totalizando dez municípios com diferentes características, como pode ser observado no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Indicadores contextuais dos municípios**

	<b>Belmiro Braga</b>	<b>Benevides</b>	<b>Coronel Pacheco</b>	<b>Goianá</b>	<b>Guarará</b>	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Pequeri</b>	<b>São João Nepomuceno</b>	<b>São Luís</b>	<b>Simão Pereira</b>
<b>População Geral</b>	3.503	60.990	3.125	3.952	3.938	563.769	3.347	26538	1.094.667	2.651
<b>Oferta EImatrículas</b>	83	2.304	66	111	82	19.594	142	1.117	45.296	86
<b>Número de instituições</b>	3	26	2	1	1	262	2	15	440	2
<b>Oferta-0 a 3 anos</b>	Não atende	628	Não atende	Não atende	Não atende	7.813	49	574	17.476	23
<b>Oferta-4 e 5 anos</b>	83	1.676	66	111	82	11.781	93	543	27.820	63
<b>IDHM</b>	0,660	0,665	0,669	0,716	0,652	0,778	0,638	0,708	0,768	0,694
<b>IDEB 2017 Anos Iniciais do EF</b>	5,4	6,2	6,0	6,0	5,2	5,2	5,8	6,4	4,6	3,7
<b>Plano Municipal</b>	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não

Fonte: Dados da Sinopse Estatística do Censo Escolar (2017 e 2018), do IDEB e do Atlas do Desenvolvimento Humano.

Quadro 2 – Participação dos atores escolares

Município	Total de diretores(as)	Total de coordenadores(as)	Total de professores(as)	Total de assistentes técnicos(as) educacionais	Total
Belmiro Braga/MG	0	2	3	-	<b>5</b>
Benevides/PA	4	9	50	40	<b>103</b>
Coronel Pacheco/MG	1	1	3	-	<b>5</b>
Goianá/MG	0	1	9	-	<b>10</b>
Guarará/MG	1	0	8	-	<b>9</b>
Juiz de Fora/MG	26	31	189	-	<b>246</b>
Pequeri/MG	1	1	10	-	<b>12</b>
São João Nepomuceno/MG	7	7	80	-	<b>94</b>
São Luís	90	100	720	30	<b>940</b>
Simão Pereira/MG	1	1	12		<b>14</b>
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>53</b>	<b>364</b>	<b>40</b>	<b>1438</b>

Fonte: Dados das avaliações (CAEd/UFJF).

São quatro tipos de questionários, sendo um para diretores(as), um para coordenadores(as) pedagógicos(as), um para professores(as) e um para auxiliares/monitores/ assistentes que atuam na educação infantil.

Esses instrumentos incluem questões referentes às expectativas dos profissionais em relação às crianças e às opiniões dos respondentes sobre práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições, de modo que os resultados podem oferecer subsídios para a gestão municipal em relação à formação continuada, supervisão, monitoramento e melhoria da qualidade do atendimento, visando a assegurar os direitos e objetivos de aprendizagem.

Apesar dos limites da pesquisa autodeclaratória, esta metodologia permite uma visão geral das condições de oferta, das principais concepções dos profissionais que atuam na educação infantil, explicita diferenças entre a opinião dos(as) gestores(as) e professores(as) e aponta expectativas em relação ao percurso das crianças possibilitando analisar congruências, divergências, contradições e levantar práticas desenvolvidas, ou não, nas instituições.

Com o objetivo de cotejar os resultados a partir das respostas “socialmente desejáveis” e avançando na perspectiva de uma avaliação pedagógica da educação infantil, propomos a utilização de um instrumento de observação das práticas oferecidas pelos(as) professores(as) às crianças.

### *Observação de turmas de Educação Infantil a partir de instrumento de observação*

Construir um instrumento de observação da educação infantil, de forma participativa, exige um significativo grau de escuta e diálogo. Desse modo, buscamos parceria com outras instituições, Universidades e Secretarias Municipais de Educação, na construção compartilhada de um instrumento de observação.

A construção de um instrumento de observação exige a escolha e definição de parâmetros, dimensões, temas e descritores que configuram uma Matriz de Referência. Para tal, optamos por selecionar parâmetros e indicadores de qualidade, preferencialmente regulamentados/normatizados, no âmbito do Sistema Educacional Brasileiro ou relativamente reconhecidos de forma consensual, uma vez que esses parâmetros oferecem um conjunto de referenciais para a oferta da educação de qualidade.

O instrumento de observação organiza-se em três dimensões interdependentes, que são:

1. **Infraestrutura, espaços e materiais**, abordando aspectos da estrutura física dos espaços internos e externos, a diversidade e disponibilidade de materiais e recursos, o mobiliário e as condições de segurança e higiene.
2. **Práticas educativas**, abrangendo: as formas de tratamento e acolhida da criança e da família; a participação e interação das e com as crianças; as oportunidades de deslocamentos e desafios corporais; a exploração de movimentos, gestos e olhares com o corpo; a convivência com diversas manifestações artísticas e culturais; a imersão na cultura escrita; a oralidade; a produção de textos; experiências com a literatura infantil (manipulação de livros); apoio à escrita espontânea; observação e manipulação de elementos da natureza; atividades com conhecimento matemático; identificação de relações espaciais e temporais; experiências de quantificar, classificar e seriar.
3. **Ambiente educativo e trabalho colaborativo**, destacando a relação com as famílias, as relações de cooperação na instituição, os registros individuais de cada criança, a frequência dos professores(as), razão professor(a) – criança, promoção e apoio ao aleitamento materno, ações integradas com serviços da rede de proteção integral e as práticas de saúde e cuidado.

Para cada descritor, é possível identificar quatro níveis (condições) que podem ser observados:

- I. **Abaixo do básico** – padrão de oferta que não atende aos parâmetros de qualidade estabelecidos para a educação infantil no país.
- II. **Básico** – padrão de oferta abaixo do adequado, mas que atende, parcialmente, aos parâmetros e caracteriza as condições mínimas de qualidade da oferta da educação infantil.
- III. **Adequado** – padrão de oferta desejável, segundo os parâmetros de qualidade e as regulamentações educacionais.
- IV. **Avançado** – padrão de oferta acima do adequado, em que são contemplados, plenamente, os parâmetros de qualidade, as regulamentações educacionais e os aspectos apontados por pesquisas.

Antes de ser utilizado em determinada realidade, o instrumento deve ser analisado do ponto de vista conceitual e pedagógico em reunião com gestores(as) e professores(as) da realidade local. Esse momento é importante para o estudo, problematização, revisão, reclassificação dos temas e itens, buscando compreender as discordâncias e estabelecer consensos sobre os critérios de qualidade da educação infantil.

No caso da observação dentro de um processo avaliativo, é preciso ter clareza dos parâmetros estabelecidos, devendo ser relativamente estáveis e consuetudinários. Desse modo, é necessário colocar uma lente que permita compreender o contexto observado e suas diferentes nuances, evidenciando a relevância do roteiro de observação que auxilie o(a) observador(a) nas tomadas de decisão, pressupondo estudo e conhecimento acerca do que será observado.

São objetivos específicos da observação:

- Verificar in loco as condições da infraestrutura das instituições, a organização dos espaços e a disponibilidade de materiais.
- Observar no cotidiano as práticas pedagógicas implementadas na docência.
- Perceber o envolvimento das crianças e as interações entre adultos e crianças.
- Elucidar aspectos analisando as informações recebidas pelos questionários com os aspectos observados pelo(a) pesquisador(a).

A observação foi realizada em uma amostra de instituições sorteadas entre aquelas que responderam aos questionários nos municípios de Juiz de Fora – MG e São Luís – MA. Estabelecidas as instituições, as turmas foram observadas pelo período mínimo de 04 (quatro) horas ou máximo de 08 (oito) horas.

A equipe de Observadores(as) foi composta por técnicos(as) da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora e pesquisadores(as) do CAEd/UFJF. O CAEd/UFJF realizou a formação dos(as) técnicos(as) que atuaram como observadores(as) externos(as), com duração de 16 horas, abrangendo as três grandes dimensões: a) Infraestrutura, espaços e materiais; b) Práticas Pedagógicas; c) Ambiente educativo e trabalho colaborativo.

A observação é sempre um recorte da realidade, mas nos permite ter indícios sobre determinadas dimensões pedagógicas, o que exige um compromisso ético e implicado com o processo avaliativo, que não deve ser generalizado ou tomado de forma isolada das variáveis que os constituem.

Nessa perspectiva, o instrumento de observação integra a discussão nacional no que tange à avaliação da educação infantil, principalmente por seu caráter formativo, no qual todos(as) os(as) participantes (observadores(as) externos(as), professores(as), técnicos(as) da secretaria) negociam concepções e se implicam em prol de uma avaliação capaz de evidenciar a qualidade da educação infantil em determinado contexto.

#### *Análise de indicadores sociais nacionais*

Indicadores sociais são bens públicos, meritórios. Seu uso por alguns não restringe a utilização pelos demais. Na realidade, quanto mais públicos forem, mais bem-estar podem gerar (JANNUZZI, 2017).

Como terceira proposta de atuação do CAEd/UFJF, consideramos uma avaliação a partir da análise de indicadores sociais relevantes já coletados no âmbito do Censo Escolar da Educação Básica, do INEP<sup>7</sup>, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)<sup>8</sup> e do Censo Demográfico do IBGE<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

<sup>8</sup> Os indicadores são válidos apenas para os estados, com atualização um ano e meio após a coleta, e forte possibilidade no horizonte de algumas informações não mais existirem se a pesquisa for mesmo substituída pela Pnad Contínua.

<sup>9</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

De acordo com o relatório de 2015 da Comissão Assessora de Especialistas da Avaliação da Educação Infantil, constituída pelo INEP, destacamos os seguintes dados e indicadores que podem compor, de imediato, uma avaliação em larga escala da educação infantil:

**Quadro 3 – Eixos da Avaliação da Educação Infantil**

<b>Dimensões</b>	<b>Descritores</b>
<b>Dimensão A</b> <i>Acesso / Oferta (por idade)</i>	Demanda potencial e demanda manifesta. Oferta. Localização da oferta (urbano/rural; centro/periferia). Período de atendimento. Jornada. Dependência administrativa. Inclusão de crianças com deficiência. Perfil da criança atendida (nível socioeconômico; idade; cor).
<b>Dimensão B</b> <i>Infraestrutura</i>	Natureza do espaço (prédio próprio; alugado; compartilhado; vinculado). Espaços internos (existência). Banheiro (existência). Espaços externos (existência). Acesso à água filtrada. Abastecimento de água (existência). Condições de saneamento básico (existência). Coleta de lixo (existência). Tratamento do lixo (existência). Abastecimento de energia elétrica. Limpeza dos espaços (adequada). Iluminação (existência). Acústica (adequada).
<b>Dimensão C</b> <i>Recursos Materiais</i>	Brinquedos (existência). Livros de literatura infantil (existência). Mobiliário e equipamentos (existência). Alimentação (tipo; frequência; quantidade).
<b>Dimensão D</b> <i>Profissionais de Educação Infantil</i>	Docente que atua com a turma (formação inicial; formação continuada; regime de contrato; remuneração; plano de carreira; jornada de trabalho). Auxiliar/assistente educacional que atua com a turma (formação inicial; formação continuada; regime de contrato; remuneração; plano de carreira; jornada de trabalho). Gestor da unidade escolar (formação inicial; formação continuada; regime de contrato; remuneração; plano de carreira; jornada de trabalho).

Fonte: Relatório da Comissão Assessora de Especialistas da Avaliação da Educação Infantil (2015).

Quadro 4 – Indicadores definidos a partir das fontes de dados disponíveis

Indicador desenvolvido	Fonte de dados
<b>Dimensão A</b> <i>Acesso / Oferta (por idade)</i>	
A1: Percentual de crianças de zero a três anos de idade que frequentam escola ou creche.	Pnad
A2: Percentual de crianças de quatro e cinco anos de idade que frequentam escola ou creche.	Pnad
A3: Diferença entre as taxas de crianças de zero a três anos de idade que frequentam escola ou creche, residentes em áreas rurais e em áreas urbanas.	Pnad
A4: Diferença entre as taxas de crianças de quatro e cinco anos de idade que frequentam escola ou creche, residentes em áreas rurais e em áreas urbanas.	Pnad
A5: Diferença entre as taxas de crianças negras e brancas de zero a três anos de idade que frequentam escola ou creche.	Pnad
A6: Diferença entre as taxas de crianças negras e brancas de quatro e cinco anos de idade que frequentam escola ou creche.	Pnad
A7: Diferença entre as taxas de crianças de zero a três anos de idade que frequentam escola ou creche do quinto de renda familiar <i>per capita</i> mais elevado e do quinto de renda familiar <i>per capita</i> mais baixo.	Pnad
A8: Diferença entre as taxas de crianças de quatro e cinco anos de idade que frequentam escola ou creche do quinto de renda familiar <i>per capita</i> mais elevado e do quinto de renda familiar <i>per capita</i> mais baixo.	Pnad
A9: Percentual de crianças de áreas rurais que frequentam unidades educacionais rurais.	Censo Escolar – Cadastro de Alunos
A10: Percentual de turmas de educação infantil em tempo integral.	Censo Escolar – Cadastro de Turmas
A11: Percentual de turmas de creches que possuem, no máximo, quinze (15) crianças.	Censo Escolar – Cadastro de Turmas
A12: Percentual de turmas de pré-escolas que possuem, no máximo, vinte e cinco (25) crianças.	Censo Escolar – Cadastro de Turmas
A13: Percentual de estabelecimentos exclusivos de educação infantil.	Censo Escolar – Cadastro de Escolas
<b>Dimensão B</b> <i>Infraestrutura</i>	
B1: Percentual de unidades de educação infantil que funcionam em prédio escolar próprio.	Censo Escolar – Cadastro de Escolas
B2: Percentual de creches que possuem berçário.	Censo Escolar – Cadastro de Escolas
B3: Percentual de unidades educacionais que possuem banheiro(s), dependências e vias adequadas a crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.	Censo Escolar – Cadastro de Escolas
B4: Índice de existência de espaços internos nas unidades educacionais.	Censo Escolar – Cadastro de Escolas
B5: Índice de existência de espaços externos nas unidades educacionais.	Censo Escolar – Cadastro de Escolas
B6: Índice de existência de serviços básicos de infraestrutura nas unidades educacionais.	Censo Escolar – Cadastro de Escolas

<b>Indicador desenvolvido</b>	<b>Fonte de dados</b>
<b>Dimensão C</b> <i>Recursos materiais</i>	
C1: Índice de existência de recursos materiais nas unidades educacionais.	Censo Escolar – Cadastro de Escolas
<b>Dimensão D</b> <i>Profissionais de educação infantil</i>	
D1: Percentual de docentes com ensino superior concluído.	Censo Escolar – Cadastro de Profissionais Escolares em Sala de Aula
D2: Percentual de docentes com ensino médio – Normal.	Censo Escolar – Cadastro de Profissionais Escolares em Sala de Aula
D3: Percentual de docentes com ensino superior em andamento.	Censo Escolar – Cadastro de Profissionais Escolares em Sala de Aula
D4: Percentual de docentes com ensino superior concluído em Pedagogia.	Censo Escolar – Cadastro de Profissionais Escolares em Sala de Aula
D5: Percentual de docentes com ensino superior concluído que possuem formação/complementação pedagógica.	Censo Escolar – Cadastro de Profissionais Escolares em Sala de Aula
D6: Percentual de docentes de unidades educacionais públicas que são concursados/efetivos/estáveis.	Censo Escolar – Cadastro de Profissionais Escolares em Sala de Aula
D7: Percentual de auxiliares/assistentes educacionais com ensino superior concluído.	Censo Escolar – Cadastro de Profissionais Escolares em Sala de Aula
D8: Percentual de auxiliares/assistentes educacionais com ensino médio – Normal.	Censo Escolar – Cadastro de Profissionais Escolares em Sala de Aula
D9: Percentual de auxiliares/assistentes educacionais com ensino Superior em andamento.	Censo Escolar – Cadastro de Profissionais Escolares em Sala de Aula
D10: Percentual de auxiliares/assistentes educacionais com ensino superior concluído em Pedagogia.	Censo Escolar – Cadastro de Profissionais Escolares em Sala de Aula
D11: Percentual de auxiliares/assistentes educacionais com curso superior concluído que possuem formação/complementação pedagógica.	Censo Escolar – Cadastro de Profissionais Escolares em Sala de Aula

Fonte: Relatório da Comissão Assessora de Especialistas da Avaliação da Educação Infantil (2015).

Essa perspectiva, além de atender à legislação nacional no que tange à avaliação da educação infantil, contribui para a formulação e implementação de políticas públicas, possibilitando um diagnóstico abrangente por estados e municípios, subsidiando o processo decisório de programas e projetos governamentais.

## CONSIDERAÇÕES COMPARTILHADAS

Diante do exposto, é necessário avançar no que tange ao desafio de tentar conhecer/avaliar as práticas implementadas na educação infantil como uma forma de fortalecer a identidade pedagógica desta etapa e seu compromisso em possibilitar experiências significativas aos bebês e crianças, de modo a assegurar os objetivos e direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral.

Apesar de a qualidade ser um conceito polissêmico, é possível afirmar que a legislação e os documentos orientadores da educação infantil consolidam uma concepção de educação infantil em seus múltiplos aspectos orientando a construção de metodologias avaliativas.

Nesse movimento, destacamos a importância da mobilização do campo da educação, do posicionamento e participação dos(as) especialistas, dos(as) professores(as) e dos demais envolvidos no processo educativo na construção de políticas de avaliação que contemplem as especificidades da educação infantil.

Assim, as propostas em construção no CAEd/UFJF não pretendem defender uma forma única ou padronizada de avaliação da educação infantil e reconhecem as possibilidades de avaliação do contexto, das condições da oferta, da infraestrutura e das práticas pedagógicas da e na educação infantil, compreendendo a avaliação da criança na educação infantil como uma competência do(a) professor(a) nas interações cotidianas no interior das instituições públicas e privadas.

## REFERÊNCIAS

BECCHI, Egle; BONDIOLI, Anna; FERRARI, Mônica. **ISQUEN**: indicadores e escala de avaliação da qualidade educativa da creche. In: CIPOLLONE, Laura (Org.). Instrumentos e indicadores para avaliar a creche: um percurso de análise da qualidade. Curitiba: Editora UFPR, 2014. p. 149-189.

BONDIOLI, Anna; FERRARI, Monica (a cura di). **AVSI – Autovalutazione della Scuola dell’Infanzia: uno strumento di formazione e il suo collaudo**. S. Paolo: Edizioni Junior, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada e publicada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, 23 de dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC/ SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Educação infantil**: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Brasília, DF: MEC/SEB, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, UNICEF, UNDIME, Ação Educativa. **Monitoramento do uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**: Relatório Técnico. Brasília, DF: MEC/SEB, 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Relatório com estudos e discussões da Comissão Assessora de Especialistas da Avaliação da Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 13.257, de 08 de março de 2016. **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância**. Brasília: MEC, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP no 15/17. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

HARMS, Thelma; CLIFFORD, Richard M. **Early childhood environment rating scale (ECERS)**. Chapel Hill: Frank Porter Graham Child Development Center, University of North Carolina, 1980.

HARMS, Thelma; CRYER, Debby; CLIFFORD, Richard M. **Infant/toddler environment rating scale (ITERS)**. Chapel Hill: Frank Porter Graham Child Development Center, University of North Carolina, 1990.

HARMS, Thelma. O uso de escalas de avaliação de ambientes na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 76-97, jan./abr. 2013. Tradução de Akemi Kamimura e revisão técnica de Beatriz Abuchaim.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. 6 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas de educação infantil e avaliação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 44-75, jan./abr. 2013.

*Recebido em: 06 de dezembro de 2019*

*Aceito em: 18 de junho de 2020*

*Publicado em: 30 de junho de 2020*